



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Setor de Licitação**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2022**  
**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022 RP Nº 020/2022**

**TERMO DE APRECIÇÃO**

**I. Do Recurso**

Trata-se de recurso interposto por ALICERCE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 050/2022, Pregão Eletrônico nº 025/2022, RP nº 020/2022, cujo objeto é a Contratação de empresa, com utilização do sistema de Registro de Preços, para prestação de serviço de manutenção de ruas, lotes vagos e terrenos urbanos, através de roçagem com recolhimento de material, construção de passeio, cercamento e instalação de meios-fios, em atendimento à Lei Municipal nº 5.106/2009, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital, registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 22/07/2022.

Alega a recorrente, em apertada síntese, que a proposta apresentada pela licitante vencedora, GABRIEL AUKAY ARAÚJO BOTELHO LTDA (ME), deveria ter sido desclassificada, com fulcro nos itens 7.1.4, 7.6, 7.25.1, 10.4, 10.7 e 10.7.1 do Edital, haja vista a presença de elementos que permitiram a identificação da licitante durante a fase de propostas/lances, conduta vedada pelo instrumento convocatório.

Aduz que a inclusão da expressão "LUCK" no campo "Marca" da proposta implicaria em violação ao anonimato da licitante GABRIEL AUKAY ARAÚJO BOTELHO LTDA (ME), cujo nome fantasia é LUCKSERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida, especialmente mediante a desclassificação da proposta da recorrida/ GABRIEL AUKAY ARAÚJO BOTELHO LTDA (ME).

Em síntese, é o relatório.

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 28/07/2022 (quinta-feira), vindo a findar-se em 01/08/2022 (segunda-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, decorreu o prazo sem apresentação de contrarrazões recursais.

Em síntese, é o relatório.

**II. Da admissibilidade**

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do dia 22/07/2022



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

(segunda-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 25/07/2022 (segunda-feira), vindo a findar-se em 27/07/2022 (quarta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 27/07/2022, às 17:11:05h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

### III. Do mérito recursal

**III.1. Da (des)classificação de propostas em virtude da (in)existência de elementos de identificação do proponente (itens 7.1.4, 7.6, 7.25.1, 10.4, 10.7 e 10.7.1 do Edital)**

Prescreve o Edital do Processo Licitatório nº 050/2022, Pregão Eletrônico nº 025/2022, RP nº 020/2022:

*“7.1.4 - A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, acompanhada de eventual material informativo exigido, **devendo a licitante tomar todos os cuidados para NÃO SE IDENTIFICAR, sob pena de ser desclassificada.**” (destacamos)*

*“7.6. A Proposta de Preço, contemplando o valor total do objeto, deverá ser inserida em campo próprio no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura das propostas, **vedada a identificação do titular até a conclusão da fase de lances.**” (destacamos)*

*“7.25.1 - Também será **desclassificada a proposta que identifique o licitante.**” (destacamos)*

*“10.4. Os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, **vedada a identificação do titular do lance.**” (destacamos)*

*“10.7. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do seu detentor.**”*

*10.7.1 - **Qualquer identificação do participante acarretará a sua exclusão do certame.**” (destacamos)*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

As disposições editalícias encontram respaldo no Decreto Municipal nº 84/2021<sup>1</sup> (art. 28, §5º), sendo uníssonas ao disposto no Decreto Federal nº 10.024/2019<sup>2</sup> (art. 30, §5º).

O sigilo da proposta consta no art. 3º, §3º, da Lei 8.666/93, aplicável subsidiariamente ao pregão por força do disposto no art. 9º, da Lei 10.520/02, e visa assegurar a concretização dos princípios da moralidade, competitividade, julgamento objeto e impessoalidade, minimizando os riscos de conluio e fraudes no certame.

O anonimato dos concorrentes entre si objetiva, ao menos em tese, eliminar o risco de prévio ajuste entre competidores. Cediço que os potenciais competidores podem avançar um pacto para, por exemplo, manter a disputa até certos limites, frustrando a competitividade. A dimensão dos riscos poderia ser ampliada pela disponibilidade de tecnologias de comunicação à distância.

Logo, mais do que almejado, o anonimato das propostas é medida que se impõe, e que deve ser garantido.

Pois bem.

O art. 26 do Decreto Municipal nº 84/2021 preconiza que o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste em verificar se seria o caso de desclassificação da proposta apresentada pela vencedora do certame, em virtude da existência de elementos de identificação da proponente em sua proposta, ou seja, anteriormente ao encerramento da etapa competitiva (lances).

Isso porque, conforme constatado, a proposta da GABRIEL AUKAY ARAÚJO BOTELHO LTDA (ME) fora incluída e disponibilizada no sistema com inserção, no campo "Marca" dos itens 01 a 04, componentes do lote 01 (lote único), da informação "**LUCK**", circunstância que no entender da recorrente, permitiria a identificação da empresa, eis que coincidente com fragmento do nome fantasia da concorrente, LUCKSERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Respeitado o entendimento contrário, não há condições de se acolher a tese recursal.

A análise da verificação da identificação irregular do licitante deve ser realizada de forma contextualizada, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

<sup>1</sup> **Decreto Municipal nº 84, de 28 de abril de 2021:** Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da administração pública municipal do município de Conselheiro Lafaiete/MG, revoga o Decreto nº 262/2007 e dá outras providências.

<sup>2</sup> **Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:** Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

No caso concreto, a mera inserção de informação genérica, no campo marca, ainda que – conforme posteriormente verificado, na etapa de Habilitação – coincidente com fragmento do nome fantasia do licitante vencedor, foi incapaz de permitir a identificação direta do concorrente durante a etapa competitiva, não implicando em hipótese de desclassificação, sob pena de violação ao princípio do formalismo moderado.

Ressalta-se que não constou no Edital orientação para preenchimento do campo marca com dado específico (por exemplo, preenchimento com as expressões “Própria” ou “Marca Própria”).

Considerar que uma proposta é irregular pelo simples fato de possuir preenchimento com divergência gráfica (ainda que mínima) conduziria, em última análise, a interpretações absurdas, o que deve ser evitado.

Tomando-se por exemplo a expressão genérica “Marca Própria”: o preenchimento somente com letras maiúsculas (MARCA PRÓPRIA), ou somente com letras minúsculas (marca própria), ou com ambos os tipos (Marca própria, Marca Própria, MARca Própria etc) propiciaria uma vasta gama de formas de diferenciação da proposta, sendo todas elas **irrelevantes** no tocante à identificação do respectivo autor.

Ademais, a própria numeração gerada automaticamente pela Plataforma de Pregão Eletrônico, com a expressão “Licitante” seguida de número cardinal, (Licitante 1, Licitante 2, Licitante 3...) permitiria a diferenciação das propostas, sem, contudo, obviamente, ser considerada forma de identificação da autoria.

O mesmo ocorre em relação à proposta formulada pela licitante vencedora do presente certame. A inserção da expressão “LUCK” não caracteriza, com a devida vênia, identificação da licitante, sendo que o nexo com o nome fantasia da empresa somente foi possível após o encerramento da etapa competitiva, e a abertura da análise dos documentos de habilitação.

Inclusive, mister registrar, durante a etapa de lances, **não houve manifestação por parte de nenhuma das licitantes no sentido de que a expressão “LUCK” retirasse o anonimato da proposta formulada pela GABRIEL AUKAY ARAÚJO BOTELHO LTDA (ME)**. Portanto, diga-se de passagem, **revela-se de uma conveniência extrema a tentativa recursal de desclassificar a licitante detentora do menor preço, em virtude de um fato que sequer foi cogitado durante a etapa competitiva, ainda com possibilidade de disputa pela contratação através do critério menor preço.**

Não é possível detectar no certame indícios de fraude, conluio entre licitantes ou qualquer outro tipo de prejuízo à Administração ou à lisura do processo licitatório. A licitante recorrente restou classificada na 2ª colocação, de modo que eventual consequência negativa de quebra de anonimato da 1ª colocada – acaso existente –, somente surtiria efeito se houvesse participação da sua concorrente direta, ou seja, se a ALICERCE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA deixasse de formular lance de menor preço não por inviabilidade, mas por interesse em fraudar a licitação (o que também não se cogita ser o caso).





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

Invocando a jurisprudência, observa-se que diante de caso análogo, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR considerou que não comprovada a representação exclusiva da licitante vencedora, a apresentação de proposta com a denominação do produto contratado não importaria identificação da licitante. Confira-se:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE DURANTE A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS. OFENSA AO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO REGULAR. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO.

01. Item 5.1.2 do Edital de Pregão Eletrônico n.º 176/2014: vedação à identificação da licitante durante apresentação de propostas. Licitante que identificou produto que leva seu nome sem seguir orientação para que consignasse apenas o termo 'marca própria'.

02. Consonância do objeto licitado com o objeto do contrato social da licitante vencedora.

03. Não comprovada a representação exclusiva da licitante vencedora. Proposta vencedora com a denominação do produto contratado não importou identificação da licitante. Improcedência da representação.

(Acórdão: 1387/2017-Tribunal Pleno, Processo: 723375/14, Relator: IVENS ZSCHOERPER LINHARES, Data de Publicação: 06/04/2017, Data da Sessão: 30/03/2017)

Não sendo possível a identificação direta da licitante, não é o caso de desclassificação da proposta.

Raciocínio semelhante deve prevalecer no caso em apreço, prestigiando-se no presente certame a **ampla competitividade**, mediante ampliação do universo de competidores, e o **formalismo moderado** no que concerne à verificação dos elementos das propostas.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.

#### IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa ALICERCE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 03 de agosto de 2022.

  
**ALISSON DIAS LAUREANO**  
Pregoeiro

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro  
Conselheiro Lafaiete –MG – 36.400-026